

ISSN 0101 - 3335

LETRAS DE HOJE

Nº 139

MARÇO DE 2005



Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul
Curso de Pós-Graduação em Letras



LETRAS DE HOJE

REVISTA TRIMESTRAL
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO
EM LETRAS – PUCRS

ISSN 0101-3335

Letras de Hoje

Estudos e debates de assuntos de lingüística,
literatura e língua portuguesa

LÉXICO, SENTIDO, COGNIÇÃO

Organizado por
Susana Quinteros de Creus

(PPG Letras – PUCRS)

Pedidos de assinaturas e permutas
devem ser encaminhados para EDIPUCRS.

Preços para o ano de 2005
Assinatura anual:

Brasil	R\$	38,00
Exterior	US\$	34,00
Número avulso	R\$	14,00

Forma de pagamento:

Cheque nominal para

EDIPUCRS

Av. Ipiranga, 6681 – Prédio 33
Caixa Postal 1429

90619-900 – Porto Alegre-RS, Brasil

Fone/Fax: (51) 3320.3523

E-mail: edipucrs@pucrs.br

<http://www.pucrs.br/edipucrs/>

Os artigos para publicação
devem ser encaminhados para:

Revista Letras de Hoje
Pós-Graduação em Letras – PUCRS
A/c Prof. Elvo Clemente
Caixa Postal 1429
90619-900 Porto Alegre-RS, Brasil

A revista aceita permutas.
On demande échange.
We ask for exchange.

Os originais enviados à Revista não serão devolvidos,
mesmo que não sejam utilizados.

Impressão:
EPECÉ

Composição:
SULIANI

Chanceler
Dom Dedeus Grings

Reitor
Prof. Joaquim Clotet

Vice-Reitor
Prof. Evilázio Teixeira

Chefe de Gabinete
Prof. Leonardo Fabbro

Pró-Reitor de Administração e Finanças
Prof. Paulo Roberto Girardello Franco

Pró-Reitora de Assuntos Comunitários
Profa. Jacqueline Poersch Moreira

Pró-Reitora de Ensino de Graduação
Profa. Solange Medina Ketzner

Pró-Reitor de Extensão Universitária
Prof. Roberto Astor Moschetta

Pró-Reitor de Pesquisa e Pós-Graduação
Prof. Jorge Luis Nicolais Audy

Diretora da Faculdade de Letras
Profa. Maria Eunice Moreira

Diretor da Revista
Prof. Elvo Clemente

**Conselho Editorial
para Assuntos Lingüísticos**
José Marcelino Poasch, Leonor Scliar Cabral,
Leci Borges Barbisan, Regina Ritter Lamprecht,
Lêda T. Martins, Carmem Lúcia M. Hernandezena

**Conselho Editorial
para Assuntos Literários**
Gilberto Mendonça Telles, Regina Zilberman,
Petrona Dominguez de Rodrigues Pasquês,
Urbano Zilles, Maria Eunice Moreira,
Carlos Alexandre Baumgarten

L849 LETRAS DE HOJE/Curso de Pós-Graduação em Letras.
PUCRS, -n. 1 (out. 1967)-, Porto Alegre: EDIPUCRS, 1967-
v.; 22 cm
Trimestral.
ISSN 0101-3335
1. Lingüística – Periódicos 2. Literatura – Periódicos
I. PUCRS. Curso de Pós-Graduação em Letras.
CDD 405
805
CDU 8(05)

Publicação Indexada em CLASE (Citas Latinoamericanas en Ciencias Sociales y Humanidades)
Índices para Catálogo Sistemático
Lingüística: Periódicos 80(05)
Literatura: Periódicos 82/89 (06)
Periódicos: Lingüística 05/80
Periódicos: Literatura 06 82/89

Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul
PUCRS

Letras de Hoje. Porto Alegre. v. 40, n° 1, p. 1-325, março, 2005

Sumário

Apresentação	
Estudos lingüísticos sobre o léxico, o sentido e a cognição <i>Susana Quinteros de Creus</i>	5

A pragmática e o estudo semântico da língua <i>Oswald Ducrot</i>	9
---	---

La pista de los puntos de vista. Teoría, descripciones y pruebas en semántica <i>Pierre-Yves Raccah</i>	23
---	----

Metáforas: das palavras aos conceitos <i>Heronides Maurílio de Melo Moura</i>	51
--	----

A relação forma-sentido em construções possessivas <i>Antonio Pamies</i>	71
---	----

Comentarios sobre el funcionamiento semántico de los nombres de agente en español y en portugués de Brasil <i>Silvia Palma</i>	87
--	----

Palavras que argumentam e que constataam no discurso <i>Telisa Furlanetto Graeff</i>	95
---	----

Comunicação e inferência em linguagem natural <i>Jorge Campos da Costa</i>	107
---	-----

Cristallisation des points de vue et représentation: l'exemple du temps qui passe dans deux adjectifs hongrois <i>Chmelik Erzsébet</i>	135
Pressuposição: Frege x Russell x Strawson x Dummett O início do debate <i>Ana Maria Ibaños</i>	157
Leitura: informação e comunicação <i>Jane Rita Caetano da Silveira</i>	171
Competência lexical, dicionário e discurso: encontros e estranhamentos <i>Marisa Magnus Smith</i>	183
Compreensão leitora de alunos do ensino médio: instrumentos de avaliação em construção e investigação <i>Joselaine Sebem de Castro e Vera Wannmacher Pereira</i>	199
Ironia e interdiscurso <i>Cristina Lopes Perna</i>	221
Misunderstandings. A Sociolinguistic View on Meaning <i>Clarice Lamb</i>	231
Versão escrita e consciência lingüística: uma relação crítica <i>Liane Mroginiski ZanESCO</i>	243
Avaliação do grau de subjetividade nos processos de retextualização: fala/escrita e escrita/fala <i>Valéria Pinheiro Raymundo</i>	267
Uma visão argumentativa do <i>mas</i> <i>Anamaria Kurtz de Souza Welp</i>	299

Apresentação

Estudos lingüísticos sobre o léxico, o sentido e a cognição

Susana Q. de Creus
PUCRS



Este número da revista *Letras de Hoje* reúne estudos lingüísticos, sob diferentes enfoques, vinculados ao léxico, ao sentido e à cognição. É indiscutível a existência de relações essenciais entre estes objetos de estudo; para citar alguma delas, a utilização das línguas, precisa, por exemplo, das competências cognitivas. Daí a importância na reflexão sobre as relações entre a construção do sentido, a gestão do conhecimento, o papel do léxico, e as descrições semânticas do léxico adequadas para a observação lingüística como uma das bases empíricas em que se pode apoiar um estudo cognitivo.

O conjunto de artigos, na sua diversidade temática, mostra a coexistência de abordagens a partir de modelos teóricos e propostas metodológicas diferentes, proporcionando assim uma visão globalizada dos avanços neste campo de pesquisa e assinalando o vasto panorama que o mesmo oferece. A obra, em sua totalidade, propõe um exame sobre os temas abordados e facilita material de referência a todos aqueles que estejam trabalhando em algum desses tópicos de investigação.

Entre os ensaios aqui apresentados está o de Oswald Ducrot, da Ecole des Hautes Etudes en Sciences Sociales (EHESS), Paris (França), que examina a relação entre pragmática e semântica lingüística e aponta para a impossibilidade de separá-las. O autor mostra como o sentido se constrói pela utilização da linguagem sub-determinada pela estrutura de base das frases.

Yves Raccah, do Centre National de la Recherche Scientifique (CNRS) e membro do Centre de Recherches Sémiotiques (CeReS) da Universidade de Limoges, faz uma apresentação epistemológica, metodológica e teórica da Semântica dos pontos de vista, com relação às exigências da ciência empírica e às influências lingüísticas que têm contribuído a dar luz a esse marco teórico e descritivo, ilustrando com exemplos de descrições e propondo hipóteses ainda por examinar.

Em uma visão conceptualista da semântica cognitiva, Heronides Maurílio de Melo Moura da UFSC, Florianópolis (Brasil), postula que o uso da metáfora envolve uma dependência mútua entre fatores lingüísticos e conceptuais e mostra as regularidades lexicais que criam tipos de metáforas com interpretações específicas.

A relação forma-sentido em construções possessivas e pseudo-possessivas é o tema examinado por Antonio Pamies da Universidade de Granada, Espanha, provando, através de dados empíricos que, neste tipo de construções, o princípio da assimetria das projeções, apesar de sua relevância para a coerência interna da teoria cognitiva da metáfora, não corresponde à realidade. Comentários sobre o funcionamento semântico dos nomes de agente em espanhol e português do Brasil são discutidos por Silvia Palma da Universidade de Reims (França).

Mediante um análise preliminar da substituição lexical e a sinonímia com base no modelo teórico da Argumentação na Língua, Telisa Furlanetto Graeff da Universidade de Passo Fundo (RS), Brasil, destaca que o estudo desses processos não pode prescindir do conhecimento dos blocos semânticos – unidades básicas do texto –, das regras que esses blocos evocam e dos encaideamentos argumentativos selecionados pelos locutores.

Jorge Costa da PUCRS, Porto Alegre (Brasil) apresenta considerações críticas aos modelos de Sperber e Wilson (1986/1995) e de Levinson (2000), levantando inúmeros contra-exemplos que enfraqueceriam tais abordagens, e oferecendo algumas indicações do que poderia constituir-se numa proposta alternativa para o tratamento de inferências na interface Semântica/Pragmática, dita Teoria da Conectividade Não-Trivial.

Erzsébet Chmelik doutoranda na equipe do Centre de Recherches Sémiotiques (CeReS) da Universidade de Limoges (França), estuda, no seu artigo, os traços lingüísticos de duas representações do *tempo* inscritas no léxico da língua húngara, em particular no par de adjetivos, *öreg* e *vén*. A autora propõe uma

descrição que se apoia na noção de *ponto de vista lexical*, noção elaborada na *Semântica dos Pontos de Vista* proposto por Pierre-Yves Raccah e utilizando o modelo da teoria dos *topoi* argumentativos.

No seu ensaio Ana Ibaños da PUCRS, Porto Alegre (Brasil) analisa os fundamentos filosóficos em torno da pressuposição desde as primeiras reflexões de Frege e Russell até os primórdios da Lingüística contemporânea, visando uma reorganização dos problemas cruciais relacionados a este fenômeno lingüístico.

O artigo de Jane R. Caetano da Silveira, da PUCRS, Porto Alegre (Brasil) questiona os modelos comunicacionais que se fundamentam essencialmente em códigos ignorando o processamento inferencial na interpretação textual. A autora mostra as limitações desses modelos e destaca a importância do desenvolvimento de raciocínios inferenciais durante a leitura com base no modelo de comunicação ostensivo-inferencial.

Marisa Magnus Smith da PUCRS, Porto Alegre (Brasil) reflete sobre a relação entre léxico e dicionário; o primeiro visto como patrimônio individual e social e o segundo, como espaço de atualização e consolidação de formações discursivas e ideológicas. Vera Wannmacher Pereira e Joselaine Sebem de Castro, da PUCRS, Porto Alegre (Brasil), trazem dados e análises associados à construção e investigação de instrumentos de avaliação da compreensão de leitura de alunos do ensino médio, dentro da linha de pesquisa dos processos cognitivos da linguagem.

O estudo da ironia como forma interdiscursiva, seguindo o modelo de heterogeneidade do discurso de Authier-Revuz, é a proposta de Cristina Lopes Perna da PUCRS, Porto Alegre (Brasil). Clarice Lamb da PUCRS, Porto Alegre (Brasil), mostra uma visão sociolingüística do significado, analisando os mal-entendidos como um aspecto comum da interação humana e os mecanismos cognitivos, sociais, discursivos e afetivos que participam no fenômeno complexo da comunicação.

Uma abordagem do paradigma conexionista na compreensão e explicação dos processos cognitivos envolvidos na aprendizagem de língua estrangeira por adultos é introduzida por Liane Mroginiski Zanesco da PUCRS, Porto Alegre (Brasil). Mediante um estudo sobre o grau da subjetividade, Valéria Pinheiro Raymundo da PUCRS, Porto Alegre (Brasil) procura avaliar as características da fala e da escrita dentro de dois processos de retextualização: a fala produzida antes da escrita e vice-versa. Final-

mente, Anamaria Kurtz de Souza Welp da PUCRS, Porto Alegre (Brasil), mostra uma visão argumentativa do articulador *mas*, seguindo o modelo ducrotiano da Semântica Argumentativa.

Destacamos a valiosa contribuição, neste número da revista *Letras de Hoje*, de professores e pesquisadores da França, da Espanha, de nossa Universidade e de outras do Brasil. Agradecemos a todos por ter-nos prestigiado com sua participação bem como à Editora da PUCRS, na pessoa do Ir. Elvo Clemente, pela oportunidade que nos brindou de publicar esta série de estudos que versam sobre o léxico, o sentido e a cognição.

A pragmática e o estudo semântico da língua*

Oswald Ducrot**

1 Pode-se separar semântica de pragmática?

Há uns vinte anos a palavra *Pragmática* está mais do que na moda nas ciências da linguagem. Daí a multiplicidade de sentidos dada a esse termo e a impossibilidade de um lingüista empregá-lo seriamente, sem antes realizar cuidadosas precisões terminológicas. Para reduzi-las ao mínimo, podem-se, limitando-se ao domínio da semântica lingüística, distinguir dois tipos principais de emprego.

O primeiro consiste em chamar "pragmáticos" todos os aspectos semânticos de um discurso que não sejam diretamente previsíveis a partir de sua estrutura lingüística, isto é, a partir das combinações de palavras que o constituem, aspectos que se compreendem somente quando se considera a situação na qual o discurso é produzido. Nessa primeira acepção, tornou-se cada vez mais evidente que tudo, ou quase tudo, o que concerne ao sentido de um discurso, é pragmático.- mesmo quando se consideram os discursos mais simples, compostos de um único enunciado. Para encontrar enunciados interpretáveis fora da situação em que são produzidos, dever-se-ia, talvez, procurá-los entre os que têm tradicionalmente apaixonado os lógicos, do tipo "Os homens são mortais", "Um adulto não casado é um celibatário...", etc. Na medida em que se sai desse domínio um pouco monótono e que não constitui, talvez, o protótipo da comunicação lingüística, pode-se perceber que

* La pragmatique et l'étude sémantique de la langue. *Letras de Hoje*, Porto Alegre, v. 32, n. 1, p. 9-21, mar. 1997.

** Traduzido por Telisa Furlanetto Graeff - Universidade de Passo Fundo (UPF). Revisado por Leci Borges Barbisan (PUCRS).

o sentido de uma palavra se constrói sempre com a consideração do contexto em que ela aparece. Quase todas as pesquisas, feitas nos últimos anos, sobre o aspecto semântico da linguagem, dedicaram-se a mostrar este fato: qualquer que seja o aspecto de sentido que interesse, ele aparece "subdeterminado", conforme expressão de Dan Sperber, pelo material verbal utilizado.

É o caso, muito evidente, que diz respeito à referência. Suponhamos que se queira saber de que carro se trata, quando alguém diz "O carro está na rua", deve-se para isso conhecer o tema da conversação. Somente ele permite determinar qual é o universo do discurso ao qual o locutor fez alusão, universo no qual se pode especificar um e unicamente um objeto particular, ao dizer-se "o carro", e, em certos empregos ao menos dessa frase, uma e somente uma via de circulação, quando se diz "a rua".

A mesma constatação tem sido freqüentemente feita relativamente aos atos realizados pela palavra. Tomemos um enunciado como "Você irá a Paris amanhã". Compreendê-lo é, entre outras coisas, decidir se ele visa a comunicar uma promessa, a dar uma ordem, uma autorização... etc. Fica claro, aliás, que as respostas que se podem dar, diferirão, conforme o caso: não se responderá "É verdade", se for interpretado como uma ordem, nem "Como você quiser", se lhe for atribuído o valor de uma informação. Ora, fica claro que somente a situação permite especificar o ato que o locutor pretendeu realizar. Assim, tem-se novamente, um elemento essencial do sentido, o modo enunciativo, apenas muito parcialmente determinado pelo instrumento lingüístico utilizado.

Um último exemplo. É possível, fora de contexto, encontrar uma significação para a conjunção *mas* num encadeamento como "Pedro veio, mas havia Paulo"? Tudo o que a conjunção diz é que as presenças de Pedro e de Paulo deveriam orientar para conclusões opostas. Contudo, compreender o enunciado é imaginar uma conclusão precisa, que se poderia tirar de uma dessas presenças, e que é preciso abandonar por causa da outra. Trata-se da satisfação do locutor, ou de sua preocupação, ou de uma possibilidade que lhe teria dado a vinda de Pedro, mas que foi desperdiçada pela vinda de Paulo. E há mil outras possibilidades. Se não se é capaz de especificar nenhuma delas, não se compreendeu o *mas*, que permanecerá tão hermético quanto um sinal dado num código do qual não se tem a chave. Mas a chave deve ser procurada no contexto, no que se sabe sobre Pedro e Paulo, e sobre as relações que o locutor ou outras pessoas podem ter com eles.

Caso se dê à palavra *pragmático* o sentido enfocado aqui, os três exemplos – do artigo definido, do ato de fala e da conjunção adversativa – mostram que uma parte fundamental do sentido escapa à análise e à descrição das estruturas lingüísticas, implicando uma pesquisa pragmática. A palavra *fundamental*, notar-se-á, não foi empregada aqui de um modo puramente retórico, como uma dessas hipérboles utilizadas pelos pesquisadores para fazer a promoção de suas pesquisas. Ela quer destacar que esses aspectos semânticos, que escapam a um estudo das estruturas lingüísticas, não são efeitos de sentido distantes, ou nuances sutis que se agregariam a uma compreensão lingüística, nela mesma já reveladora, e satisfatória, ao menos num primeiro nível de interpretação. O que é construído com a ajuda do contexto diz respeito, ao contrário, ao próprio cerne do que é dito por meio da fala. Não se trata de suplemento, mas de algo ao qual se pode, depois, agregar, eventualmente, suplementos.

Essa necessidade de recorrer à situação para atribuir um sentido a um enunciado, mesmo no que constitui a parte central do sentido, que se chama às vezes "literal", não implica, entretanto, que a estrutura propriamente lingüística dos enunciados seja semanticamente ignorada. Certamente ela não fornece a si mesma um fragmento, ainda que mínimo, de sentido, mas é ela que indica o que se deve procurar no contexto, e como procurar, quando se quer interpretar um enunciado. É o que se vê, por exemplo, ao se substituir, na primeira frase analisada aqui, o artigo definido pelo indefinido. Para compreender "Há *um* carro na rua", deve-se, como no caso do artigo definido, determinar o conjunto de carros do qual um deles, segundo o locutor, se encontra na rua (é o conjunto de carros da família, ou da empresa, ou se trata do conjunto de carros em geral, quaisquer que sejam eles?). É necessário, aí também, fazer uma pesquisa "pragmática". Mas o artigo indefinido *um* dá, para essa pesquisa, instruções especiais que o definido não dá. Assim, ele implica que o conjunto de que se fala contenha mais de um carro: se, portanto, se sabe que a família possui apenas um, deve-se procurar, para especificar esse conjunto, um outro critério que não o de pertencer à família. Lá onde o definido exigia que se descobrisse no contexto um conjunto de referência contendo um único objeto, o indefinido exige que esse conjunto contenha pelo menos dois. Certamente, o sentido só se constrói por empréstimo do contexto, mas essa construção "pragmática" do sentido é dirigida pelo valor propriamente lingüístico das palavras que se devem interpretar.

A primeira significação que acaba de ser enfocada para o adjetivo *pragmático* toma-o quase como sinônimo de *contextual*. Mas é freqüente dar-se a ele uma outra acepção – igualmente importante. Pode-se chamar “pragmático”, no sentido de um enunciado, o que diz respeito ao ato de enunciação realizado pelo locutor, todas as informações que o enunciado dá sobre a atitude daquele que fala no momento em que fala, e sobre as relações que sua fala pretende estabelecer ou constatar entre ele e seus interlocutores. Desse modo, pode-se chamar “pragmática” a diferença entre um enunciado declarativo e um enunciado exclamativo, entre *Faz calor no Cairo* e *Que calor faz no Cairo!* Um e outro pretendem trazer uma informação e, desse ponto de vista, quase não diferem: seria bem difícil sustentar, por exemplo, que o calor é mais elevado num caso do que no outro. Para descrever sua diferença, deve-se abandonar o terreno da informatividade. Uma solução possível – a bem da verdade, praticamente não se vê outra – consiste em supor que o enunciado exclamativo apresenta sua própria enunciação como o efeito de uma experiência pessoal do locutor, ou, mais geralmente, como um tipo de reação desencadeada, no locutor, pelo pensamento que ele está tendo. Ou ele está no Cairo, e faz como se o calor ambiente lhe arrancasse esse grito, ou ele lembra uma experiência passada, ou ainda ele imagina, ao ler um boletim de meteorologia, o que deve ser a vida nesse lugar. A forma sintática exclamativa serve, assim, para caracterizar a enunciação – apresentando-a sinceramente, desonestamente, ou por brincadeira, isso pouco importa – como provocada pela situação psicológica na qual ela ocorre: parece não se poder fazer de outro modo, no momento em que se fala, além de dizer o que se diz. Como repercussão, mas apenas como repercussão, a expressão exclamativa pode ter um valor informativo específico, e, a maior parte do tempo, denotar um alto grau: um calor que torna impossível não se falar nele, deve ter um caráter um pouco excessivo. Ao descrever sua própria enunciação, descrevem-se as coisas consideradas responsáveis por essa enunciação: elas são qualificadas pelo efeito sobre o discurso que se lhes atribui.

Um último exemplo para ilustrar o segundo sentido da palavra “pragmático”, sentido que, diferentemente do primeiro, não se refere ao que as circunstâncias da enunciação acrescentam à estrutura linguística, mas ao modo como o enunciado representa sua enunciação. Há vinte anos, muitos linguístas consideram como uma tarefa importante e difícil descrever as expressões que, sem trazer por si mesmas informações sobre as coisas, servem para articular diferentes segmentos de discursos, isto é, as palavras co-

mo *portanto*, *mas*, *mesmo*, etc. (até os últimos tempos, na linguística ocidental ao menos, essas palavras pareciam colocar tão poucos problemas que se negligenciava o interesse por elas. Entre esses “conectores”, a expressão *après tout* (afinal de contas) é particularmente rebelde à descrição, porque não se consegue fazê-la entrar em nenhum dos quadros habituais. Ela parece introduzir também um argumento (“Ele te ajudará: afinal de contas, é teu amigo”), uma conclusão (“Afinal de contas, ele bem pode te ajudar: é teu amigo”), uma oposição (“Ele é um pouco egoísta, mas, afinal de contas, ele te ajudou muito”). Também parece necessário dizer que *afinal de contas*, mesmo quando está geograficamente situado entre dois segmentos de discurso, não serve para *marcar* a relação semântica existente entre eles: de fato se pode, nos exemplos precedentes, suprimi-los sem que os encadeamentos fiquem menos claros. O que faz, principalmente, *afinal de contas*, do ponto de vista do sentido, é ligar a própria enunciação do segmento que o contém a alguma razão, freqüentemente implícita, para não fazer essa enunciação – a qual aparece, então, como ultrapassando um obstáculo que poderia desqualificá-la. Assim, ao dizer “Ele te ajudará: afinal de contas é teu amigo”, indica-se ou que se poderia hesitar em chamar de amigo à pessoa em questão, ou que se tem alguma resistência em utilizar, para a conclusão escolhida, um argumento desse tipo. Diferentes eventualidades são, aliás, possíveis, mas, em todos os casos, é da enunciação que se trata: faz-se como se ela decidisse ignorar, depois de feitas todas as reflexões, certos escrúpulos (que, muitas vezes, não se quer precisar). Aceitando descrever a língua com conceitos desse gênero, pouco compatíveis com o tipo de cientificidade reivindicada pelos linguístas pós-saussurianos, introduz-se a idéia de que a fala tem, entre suas funções, a de se colocar em cena a si própria, a de produzir, no momento em que se realiza, uma representação de sua própria realização. Isso ilustra bem a segunda acepção dada antes à palavra “pragmático”: uma expressão é pragmática na medida em que ela serve para comentar o que se faz na fala – ela carrega, então, consigo, como os exércitos em batalha, seus próprios historiógrafos.

Compreendida nesse segundo sentido, a pragmática é tão pouco separável da linguística como quando entendida na primeira acepção que foi examinada aqui. Nessa primeira acepção, pragmático é o que as circunstâncias da enunciação *acrescentam* à significação estrita das palavras, mas parece que esse *acréscimo* está inscrito em filigranas na própria estrutura linguística: essa estrutura contém, tanto a instrução geral, segundo a qual uma pesquisa contextual é necessária, quanto as diretrizes precisas sobre o modo

de conduzir essa pesquisa. A segunda forma de pragmática mostra, por sua vez, que as palavras da língua contêm nelas, como parte integrante de sua significação, dispositivos que permitem representar, na medida em que são utilizados, o discurso que as utiliza. Nos dois casos, percebe-se que a distinção saussuriana entre a língua e seu emprego (isto é, a *fala*) separa unicamente dois centros de interesse diferentes. Podemos nos interessar pela diversidade dos efeitos produzidos (essa é a escolha inerente ao projeto de analisar o discurso), ou pelo valor permanente das palavras a partir das quais esses efeitos são produzidos (essa é a escolha lingüística propriamente dita). Contudo nenhuma dessas escolhas pode ignorar o fenômeno da enunciação. O analista do discurso descreve as enunciações *reais*, o lingüista, procurando descrever as palavras, descobre nelas as indicações relativas à sua *possível* enunciação.

Somos, assim, conduzidos a colocar em dúvida a análise, aparentemente incontornável, que pretendia separar, como dois objetos inteligíveis, um sem o outro, o material lingüístico utilizado quando um enunciado é produzido, e o fato de esse material ser utilizado (por exemplo, que ele é selecionado por um falante numa certa situação), porque essa seleção e essa situação não podem ser consideradas nelas mesmas, independentemente das palavras escritas ou pronunciadas. É, ao contrário, a partir dessas palavras que a enunciação e seu contexto devem ser caracterizados. Essa é, em todo caso, a conclusão que resulta das pesquisas feitas, nos últimos anos, em pragmática, sejam elas diferentes pelos numerosos olhares. Em que consiste o acontecimento enunciativo? Pode-se dizer, considerando-se o texto que foi enunciado, que ele expressa uma imagem da sua própria enunciação. É óbvio que essa imagem pode ser julgada como falsa ou enganadora: ao utilizar uma forma exclamativa, pode-se colorir de emoção uma enunciação que um psicólogo estimaria, talvez, (mas sob que critérios?) que tivesse sido feita a sangue-frio, ou ainda, pelo emprego de um *afinal de contas* (après tout), fazer como se ela superasse hesitações que o mesmo psicólogo julgaria imaginárias. Mas isso não impede que a escolha das palavras tenha criado uma imagem da fala, e que essa imagem seja pertinente para a compreensão do discurso. Da mesma forma, para o *contexto* da enunciação. Ele também é construído pelo discurso: as palavras empregadas indicam o que se deve procurar e como se deve procurar, no ambiente "real" para constituir o quadro dentro do qual o discurso deverá ser interpretado, e que não preexiste à *fala enquadrada* nele. Mais exatamente, o que preexiste à fala é uma situação sem limites e sem estrutura: a fala traz

com ela os limites e os pontos de vista que tornam essa situação utilizável para a interpretação. Nessa perspectiva, semântica e pragmática não se separam mais, mesmo que a idéia de pragmática, como na primeira acepção enfocada, seja definida pela relação com uma lingüística estreita, que pretenderia determinar um sentido mínimo, independente de qualquer contexto. A partir do momento em que se nega a existência desse mínimo, em que se sustenta que as palavras indicam, antes de tudo, como construir seu contexto, o estudo do contexto (primeira forma da pragmática) é integrado ao sentido do enunciado, tão integrado como a representação de sua enunciação (segunda forma da pragmática).

2 Por uma semântica pragmática independente da noção de verdade

Uma vez que se decida integrar a semântica à pragmática, se é levado a fundar esta última sobre um conceito de significação bem diferente da imagem habitual ("habitual", no sentido de que ela pertence a uma visão, por assim dizer, "espontânea", "ingênua" dos fatos da língua). A noção de significação de que é necessário se desvencilhar (ainda que ela possa parecer inscrita no sentido da palavra *significação*, tal qual é usada na linguagem comum), consiste em supor que as palavras têm, por função primeira, veicular uma descrição da realidade, que elas têm, portanto, num nível fundamental, um valor "informativo", que elas são, antes de tudo, um meio de comunicar informações. Teorizada pela reflexão lógica, essa concepção de linguagem implica que as frases da língua devam ser caracterizadas em termos de verdade ou de falsidade: descobrir sua estrutura semântica de base consistiria em determinar sob que condições elas são verdadeiras ou falsas. Assim, dar uma representação semântica da frase *Pedro é inteligente*, consistiria em indicar o que Pedro deve ser para que seja verdadeiro declará-lo inteligente. Uma tal representação "veritativa" das frases, se ela fosse possível, explicaria, com efeito, imediatamente, (e não se vê bem como explicar de outra maneira) o valor informativo dos discursos nos quais elas são utilizadas: utilizá-las é informar que o mundo é tal que seu emprego é verídico.

Que seja impossível se *contentar*, para descrever semanticamente as línguas, com uma tal concepção veritativa, ou "descritivista", ou ainda "informativa" da significação, é uma idéia que se encontra, sob uma forma ou outra, na maioria dos gramáticos e dos filósofos da linguagem e que parece quase acompanhar a reflexão sobre a linguagem. Contudo, a dúvida deles nem sempre é

radical: freqüentemente eles apenas impõem limites à validade da concepção veritativa, quando, talvez, devessem refutá-la desde o início. Em vista disso, é tradicional para os gramáticos distinguir, no sentido dos enunciados, o conteúdo descritivo (o *dictum*) e a atitude do sujeito falante frente a esse conteúdo, o *modus*. Ao dizer "Talvez João esteja lá", ou "Felizmente João está lá", aplicam-se dois *modus* diferentes (dúvida e satisfação) ao mesmo conteúdo. Somente o *dictum* tem valor descritivo, constituindo uma proposição suscetível de ser verdadeira ou falsa: a atitude está fora dessa alternativa. É uma repartição análoga da significação que fazem os atuais filósofos da linguagem, ao dizerem que qualquer enunciado exprime um ato de fala, e que esse ato consiste em aplicar uma força a uma representação do mundo. Quer se diga "João virá", "João virá?", ou "João virá!", nos três casos, enfoca-se o mesmo fato, a vinda de João, ao qual são aplicadas três forças diferentes, de asserção, de interrogação e de ordem. Sob as variantes gramatical e filosófica, encontra-se, por fim, a mesma concepção, sistematizada por Descartes, segundo a qual analisa-se o pensamento como uma decisão da vontade (elemento subjetivo) a propósito de idéias, objetivas, concebidas para o entendimento.

Duas motivações totalmente diferentes podem levar um lingüista a aderir a essa concepção. Pode-se, e isso é o que faz o lingüista logicizante, reconhecer a manutenção de uma parte descritiva, a qual coexiste, autônoma, com a parte modal. E pode-se mesmo, conforme uma tendência natural à coexistência, tentar conseguir, por qualquer artifício, reduzir o modal ao descritivo: passa-se, então, da atitude logicizante ao logicismo. Mas pode-se, também, ter uma razão inversa para se interessar pelas diferentes formas da distinção *modus-dictum*. Pode-se perceber que ela introduz na significação uma parte não-descritiva, a qual resiste à caracterização em termos de verdade: um enunciado pode, portanto, significar mais do que pretender informar sobre alguma coisa qualquer, mais do que o verdadeiro e o falso sobre a realidade. A concepção descritivista da significação, longe de permitir uma via científica global da atividade de linguagem, seria, então, unicamente, uma das imagens que esta elabora para pensar-se a si própria.

Para um pragmático, é evidentemente essa segunda motivação que torna atraentes as teorias do *modus* ou da força. Mas ela conduz, da mesma forma, a ultrapassar essas teorias e a contestar a bipartição tradicional do subjetivo e do objetivo. É legítimo manter no sentido do enunciado uma parte descritiva bem delimitada? Com efeito, uma resposta positiva parece pouco sustentável,

quando se tenta aplicá-la às frases que compõem nosso discurso cotidiano. Dizer de alguém que ele é *gentil*, de um filme que ele é *interessante*, ou de uma reunião que ela foi *agradável*, é verdadeiramente acrescentar um *modus* assertivo a uma proposição suscetível de ser verdadeira ou falsa? Para sustentá-lo, dever-se-iam poder determinar as condições às quais um homem, um filme, uma reunião devem satisfazer para que se possa aplicar-lhes, de modo verídico, um desses adjetivos. Ora, não se vê bem como determinar essas condições.

Da mesma forma, como separar, num imperativo, "Seja comportado", um conteúdo descritivo "você será comportado" e uma força de ordem ou de conselho relativa a esse conteúdo? Ao empregar esse enunciado, não se exige a alguém que satisfaça às condições que tornam verdadeira a aplicação do adjetivo *comportado*. Em realidade, exige-se que ele faça ou não faça alguma coisa, apoiando-se no argumento de que fazer ou não fazer tal coisa é adequado. O adjetivo *comportado* não serve aqui para construir uma proposição, tomada, em seguida, como objeto de uma injunção: ele serve para justificar uma ordem. Seria necessário, portanto, para descrever essa palavra, atribuir-lhe uma característica que explicasse *diretamente* que ela pudesse ter esse tipo de função. Ao invés de se perguntar o que alguém deve ser, para verdadeiramente ser qualificado de comportado, questão à qual não se vê bem como responder, seria mais realista caracterizar o adjetivo pelo modo da ação lingüística (pôr exemplo, o tipo de justificação) do qual ele pode ser o instrumento. Isso deveria levar – e começa a levar – a uma transformação completa do verbete de dicionário: não se trata mais de encontrar os traços pertinentes de um conceito, mas de mostrar a qual tipo de discurso conduz o emprego de uma palavra. Certamente o comportamento pode ser visto, além disso, como um tipo de propriedade, enfim, como um traço de caráter (indefinível), de modo que o enunciado "João é comportado" é freqüentemente entendido como afirmando que um certo objeto possui uma certa propriedade. Mas por que considerar essa "leitura" (quando todo o mundo sente o seu caráter ilusório) como a descrição do sentido lingüístico profundo? Por que não ver nela uma "releitura", a qual pertence a um segundo nível semântico, derivado, e que constitui um tipo de efeito de sentido que permite à fala crer-se ancorada na realidade?

Resta definir conceitos que permitam descrever o nível semântico primeiro, anterior à distinção do *modus* e da proposição. Contentar-nos-emos aqui em apresentar brevemente dois, dentre os outros possíveis. A noção de *polifonia* visa a substituir a análise

semântica "horizontal", típica da teoria do *modus* ou dos "atos de linguagem" por uma análise "vertical". A idéia de base é que o sentido de um enunciado é constituído pela superposição de vários discursos elementares, cujos supostos responsáveis, às vezes chamados "enunciadores", podem ser diferentes do responsável que o enunciado atribui a si mesmo, que é chamado de locutor. Dito de outra forma, sob a frase, a mais simples, pode haver um tipo de diálogo imaginário. Isso que, aliás, só faz sistematizar, ao transportar para a sincronia, um modo de ver ao qual a tradição filológica tem às vezes recorrido para explicação diacrônica. Quando ela diz que *car* vem do interrogativo latino *Quare?* ("por quê?"), ela coloca, sob o monólogo aparente "João parou porque estava cansado", um diálogo "João parou. – Por quê? – Ele estava cansado". Generalizando essa idéia, dir-se-á que a estrutura gramatical de uma frase indica somente, sob uma forma muito abstrata, o cenário esquematizado de um diálogo, o número de enunciadores que nele intervêm, bem como as grandes linhas do papel que eles irão desempenhar. A interpretação de uma ocorrência particular dessa frase consiste em "preencher" esse esquema, com alguns dados emprestados do contexto, assimilando os enunciadores a seres determinados e precisando o conteúdo específico de sua intervenção.

Veja-se a idéia subjacente à metáfora das duas análises: horizontal e vertical. Na análise horizontal (em *modus* e *dictum* ou ainda em força e conteúdo), os elementos distinguidos não chegam a ser objeto, cada um tomado à parte, de uma troca enunciativa: somente o resultado de sua combinação pode sê-lo. Ao contrário, a análise vertical atribui a cada um dos componentes uma autonomia enunciativa: cada um constitui a significação de um discurso possível. É isso que quereria sugerir a comparação com a polifonia musical: vozes diferentes se fazem ouvir simultaneamente no enunciado. Nessa perspectiva, o valor informativo do enunciado pode ser apenas um fenômeno derivado. No nível mais profundo, com efeito, o sentido de um enunciado se reduz à superposição das vozes de diferentes enunciadores – superposição que, em certo caso, pode mesmo aparecer como uma confrontação (na negação, por exemplo, em que um enunciador que refuta responde a um enunciador que afirma). Nesse nível, não se vê que sentido pode ter falar de uma função informativa do enunciado, nem de sua verdade ou de sua falsidade: tomado mais globalmente, um diálogo não tem nem função informativa, nem verdade ou falsidade.

Entretanto a polifonia sozinha não é, ainda, suficiente para "desinformatizar" radicalmente a semântica. Ela não impede, de

fato, de imaginar que cada um dos enunciadores, introduzidos no interior do sentido dos enunciados, cumpra um ato de fala, analisável à maneira da filosofia da linguagem anglo-americana – o que obrigaria a restabelecer, no nível dos enunciadores, a separação horizontal entre força e conteúdo.

Para evitar essa interpretação, uma saída possível é definir o enunciador como a origem de um ponto de vista, ponto de vista que consiste em evocar, a propósito de um estado de coisas, um princípio argumentativo que se pode, retomando o termo de Aristóteles, chamar de *topos*. É esse *topos*, considerado comum à coletividade onde o discurso ocorre, que permite extrair argumento do estado de coisas para justificar essa ou aquela conclusão. Ao dizer, "Esse filme é interessante", um sujeito falante coloca em cena um enunciador (com o qual geralmente, mas não necessariamente, se identifica), o qual aplica ao filme em questão um *topos* do tipo geral "Quanto mais uma obra é interessante, mais (ou menos)..." (cada preenchimento particular dos pontilhados corresponde a um *topos* particular, entre o conjunto de *topoi* fundado sobre o caráter interessante das obras de arte). E, para interpretar o enunciado, escolhe-se um dentre eles, o qual se supõe corresponder à ideologia e às intenções argumentativas do sujeito falante. O estoque de *topoi* atualmente disponível em nossa coletividade permite, por exemplo, encadear, após "Esse filme é interessante", conclusões como "Vá vê-lo!" ou "Que pena, não está mais passando"; dever-se-ia, ao contrário, introduzir por um *mas*, ou uma palavra do mesmo tipo, seqüências como "Não vá vê-lo!" ou "Felizmente não está mais passando!"

Da mesma forma, ao dizer "João trabalhou pouco", coloca-se em cena ao menos um enunciador, com o qual o sujeito falante habitualmente se identifica, que se apóia sobre um *topos* "Quanto menos se trabalha, ...", e é uma argumentação fundada sobre esse *topos* que comanda o encadeamento discursivo efetuado ou projetado a partir do enunciado em questão. De um modo geral, uma expressão do tipo "pouco P", em que P representa um predicado qualquer, serve para evocar, a propósito de um certo fato, uma argumentação fundada sobre um *topos* "Quanto menos uma coisa é P, ...". E é um *topos* inverso, "Quanto mais uma coisa é P, ...", que dirige as argumentações feitas a partir de "um pouco P" (apesar de as duas expressões, caso se admita que elas informam alguma coisa, informarem quase a mesma coisa). Os *topoi* atualmente aceitos na nossa sociedade (ou, em todo caso, admitidos) permitem concluir, após se ter dito que "João trabalhou pouco", que ele não tem quase nada de mérito ou chance de êxito – enquanto as conclusões inversas deveriam ser, ou introduzidas por *mas*, ou extraídas de um *pouco*.

Nessa perspectiva, a descrição de uma frase (entendendo-se por frase não a ocorrência particular de palavras num discurso determinado, mas a estrutura abstrata, que caracteriza a língua) indica, de uma parte – o aspecto polifônico – as grandes linhas do cenário segundo o qual os enunciadores deverão ser postos em cena, cada um com seus enunciados particulares, e de outra – o aspecto argumentativo – especificando o tipo geral de *topoi* que os enunciadores têm à sua disposição. Trata-se, entre os *topoi* ligados aos predicados apresentados na frase (os predicados *trabalhar*, *interessante*, de nossos exemplos anteriores – predicados que serão descritos como feixes de *topoi*), daqueles que obedecem às condições impostas pelos operadores (entendendo-se por operadores palavras análogas a *pouco* ou *um pouco*).

Com a noção de *topos*, entrevê-se a possibilidade de uma semântica enfim desvencilhada das condições de verdade. Cada ponto de vista, cuja confrontação constitui o sentido do enunciado, consiste em situar argumentativamente o referente (o estado de coisas de que se fala), comparando-o a outros eventuais estados de coisas, no interior de uma escala determinada por um *topos*; os pontos de vista correspondem a um tipo de apreensão argumentativa das coisas, em que elas são percebidas somente enquanto se supõe que possam motivar um encadeamento discursivo. Não se pode, então, separar, à maneira dos cartesianos, a idéia que representa da vontade que toma partido: o mundo aparece, no enunciado, por meio da exploração discursiva do qual é objeto.

Uma tal concepção, fundamentalmente pragmática, da semântica põe evidentemente um temeroso problema epistemológico que nos contentaremos em assinalar aqui. Que lugar dar na lingüística, caso se aceite a análise da língua e do discurso que foi aqui sugerida, à pesquisa da verdade? Se as frases da língua são tais, que seus enunciados não podem veicular proposições, suscetíveis de serem consideradas verdadeiras ou falsas, como conseguir, utilizando-as (isso que se é obrigado a fazer na maioria das ciências, e que se faz habitualmente em lingüística), formular teses que possam ter uma pretensão razoável à verdade? Uma teoria argumentativa e polifônica da língua não impede a si própria a ambição de constituir um conhecimento?

Uma solução para esse problema, (caso se creia necessário resolvê-lo, e caso não se contente com buscar vivê-lo conscientemente), repousaria sobre a idéia de que a utilização da linguagem, como foi dito no início desta apresentação, é radicalmente

subdeterminada pela estrutura de base das frases. Isso torna possível, ela própria convoca, interpretações nas quais intervêm as crenças, as decisões, a ideologia, a atuação dos sujeitos falantes. Especialmente interpretações factuais, descritivas, aparecem espontaneamente, como uma espécie de miragem necessária, a partir do uso cotidiano da fala. O adequado a uma utilização científica da língua seria, então, construir e especificar um modo de interpretação da língua que a torne capaz de evocar proposições suscetíveis de verdade ou de falsidade, e entre outros – este é o ponto que interessa a um lingüista –, proposições sobre a linguagem. Deve-se, ainda, para fazer isso, sem retomar por sua conta a "miragem" cotidiana de uma língua imediatamente representativa das coisas, estar consciente de que essas proposições não se encontram atrás das palavras, como o significado atrás do significante. E a lingüística seria muito má conselheira se ela fortalecesse a idéia ingênua de que o simples fato de manejar uma língua torna capaz *ipso facto* de conceber proposições e de entrar, assim, na alternativa do verdadeiro e do falso. É de se temer que a verdade, e também a falsidade, sejam de acesso mais custoso.